

Moção

EM DEFESA DO SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE, UMA DAS MAIS IMPORTANTES CONQUISTAS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL

O Serviço Nacional de Saúde, (SNS), nasceu em 1979 num contexto político claramente influenciado pela Revolução de Abril criando um serviço integrado, global e para todos.

Um dos grandes méritos do SNS é proporcionar acessibilidade aos cuidados de saúde para todos, independentemente das condições sociais e económicas de cada um.

A Constituição da República Portuguesa, no seu Artigo 64º, proclama que “todos têm direito à protecção na saúde e o dever de a defender e promover” e explicita que o direito à protecção da saúde é realizado “Através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendo em conta as condições económicas e sociais dos cidadãos, tendencialmente gratuito”.

Numa clara afronta aos direitos constitucionais dos portugueses, os governantes tudo têm feito para destruir o Serviço Nacional de Saúde.

Entre 2009 e 2012, a despesa pública com a saúde sofreu um corte superior a 1.700 Milhões de euros, em termos nominais porque, em termos reais, foi superior (passou de 6,9% do PIB em 2009 para 5,9% do PIB em 2012).

A redução de 1.667 Milhões de euros na despesa com o Serviço Nacional de Saúde, entre 2010 e 2014, passando, de acordo com dados do Ministério da Saúde, de 9.710 Milhões de euros para 8.043 Milhões, mostra a intenção clara de destruir o Serviço Nacional de Saúde, através do estrangulamento financeiro.

Entre 2010 e 2014 as transferências do Orçamento de Estado para o SNS e para os hospitais EPE foram reduzidas em mais de 14%, enquanto que, para os hospitais privados (PPP'S), aumentaram mais de 160%.

Como consequência da política de cortes na despesa pública, Portugal é o 3º País da OCDE onde as despesas das famílias com a saúde mais cresceram entre 2000 e 2011, sendo que já em 2009 se situava no 4º lugar (4,2% do seu orçamento quando a média dos países da OCDE era de 3,2%).

A redução do número de profissionais, o recurso aos contratos de prestação de serviços de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde e a sua contratação de através de empresas de trabalho temporário, contribuem também para a degradação do Serviço Nacional de Saúde.

O número de enfermeiros no Serviço Nacional de Saúde é manifestamente insuficiente enquanto milhares destes profissionais continuam no desemprego e muitos emigram por falta de emprego.

Portugal continua a ser um dos países da OCDE em que a despesa pública com cuidados continuados é mais baixa.

Apesar dos duros golpes que o têm atingido, as lutas das populações em defesa do SNS, contra o encerramento de centros de saúde, maternidades e hospitais, pela colocação de médicos, enfermeiros e outros profissionais da saúde, que respondam às necessidades reais, entre outras, foram determinantes para que este tenha resistido 35 anos à ofensiva levada a cabo.

Assim, os eleitos do Partido Comunista Português propõem que a Assembleia de Freguesia de Arroios na sua reunião de 30 de Setembro de 2014, delibere:

1. Saudar o 35º Aniversário do Serviço Nacional de Saúde;
2. Apoiar as lutas das populações na defesa do direito constitucional à protecção na saúde;
3. Apoiar as lutas dos profissionais da área da saúde, pela dignificação das suas profissões, em defesa do SNS e das populações que a ele recorrem;
4. Repudiar as medidas do governo, que põem em causa a universalidade da prestação dos cuidados de saúde consagrada na Constituição da República Portuguesa, e que promovem a degradação do SNS para continuar a abrir as portas aos privados;

Os eleitos do Partido Comunista Português

Maria Fernanda Pereira Gonçalves de Lacerda

João Eduardo Coutinho Duarte